**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
## (Do Sr. Paulo Azi)

*Solicita a convocação do Senhor José Rivaldo da Silva – Secretário Geral da Federação Nacional das Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT.*

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal e art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que seja convocado o Senhor José Rivaldo da Silva, para prestar depoimento nesta CPI criada para *"investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes"*.

## J U S T I F I C A T I V A

Diversos órgãos da imprensa têm noticiado déficits recordes em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos. Muitas dessas notícias estão ligadas a má gestão dos recursos destes fundos de previdência e algumas falam em corrupção propriamente dita.

O Estadão de 23/03/2015 noticiou que o Postalis apresenta um déficit atuarial de R$ 5,6 bilhões, provocado por investimentos suspeitos, pouco rentáveis ou que não tiveram ainda rendimento repassado ao fundo. Integrantes do fundo argumentam que o déficit bilionário é resultado da má administração dos investimentos nos últimos anos. Também acusam os Correios de não terem pago a dívida que têm com o Postalis

Também em notícia do Estadão de 08/07/2015, foi apurado

que a Justiça Federal de São Paulo determinou o bloqueio dos bens de 20 pessoas ligadas ao Postalis e a empresas do setor imobiliário que negociaram a venda de um terreno para o fundo no valor de R$ 196 milhões. As suspeitas são de que o negócio tenha sido feito de forma irregular.

Ainda as suspeitas em torno da operação se deram porque uma empresa com sede na Nova Zelândia, a Latam Real State, atravessou o negócio do Postalis. O fundo de pensão estava negociando a área em Cajamar diretamente com o empresário Luiz Fernando Pires. De acordo com reportagem da revista Época de novembro de 2014, o Postalis estava disposto a pagar R$ 194 milhões pelo terreno, mas Pires o vendeu por R$ 150 milhões à Latam, que três meses depois o revendeu ao Postalis pelo valor oferecido ao fundo.

Pelos motivos elencados acima, torna-se fundamental a presença do Secretario Geral da FENTECT para que possa depor nesta CPI, esclarecendo estes e outros os fatos noticiados acerca de má gestão do recursos do fundo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**PAULO AZI**
**Deputado Federal**
**Democratas/BA**